

FONTE NOVA NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018

FONTE NOVA NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanço patrimonial

Demonstração do resultado

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
Fonte Nova Negócios e Participações S.A.
Salvador - BA

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Fonte Nova Negócios e Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fonte Nova Negócios e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Contrato de Parceria Público-Privada com o Estado da Bahia

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº01(d) às demonstrações contábeis, que menciona o envolvimento da Companhia como polo passivo no Processo TCE/000490/2010, movido pelo Plenário do Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE-BA), alegando a existência de irregularidades envolvendo a licitação que originou o contrato de concessão firmado entre a Companhia e o Governo do Estado da Bahia. Até a data deste relatório, as decisões emitidas pelo TCE-BA, não contemplaram a execução de quaisquer medidas cautelares que poderiam reduzir o valor da contraprestação pública recebida do Poder Concedente ou impedir a continuidade do Contrato de PPP. Por essa razão, não foram constituídas provisões para passivos ou impairment de ativos que reflitam eventuais impactos do desfecho desse processo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Investigações e outros procedimentos legais conduzidos pelo Ministério Público Federal e outras autoridades públicas

Conforme descrito na Nota Explicativa nº01(b) às demonstrações contábeis e como é de conhecimento público, encontram-se em andamento, desde 2014, investigações e outros procedimentos legais conduzidos pelo Ministério Público Federal e outras autoridades públicas, no contexto da denominada Operação Lava Jato. As referidas investigações envolvem agentes públicos e executivos, dentre eles, os administradores do Grupo Odebrecht e do Grupo OAS, que, em conjunto, controlam a Companhia. Em 1º de dezembro de 2016, foi assinado acordo de Leniência pela Odebrecht S.A. e o referido acordo já foi homologado pela 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal. Ressalta-se que apesar do acordo ter sido firmado pela Odebrecht S.A., o mesmo tem seus efeitos estendidos para todas as empresas do grupo econômico. A Administração neste momento entende que possíveis efeitos desse acordo de Leniência não deverão afetar significativamente a Companhia. Em virtude dessas investigações ainda estarem em curso e por existirem incertezas quanto ao possível envolvimento da Companhia nos atos ilícitos que abrangem suas Controladoras, não foram consideradas nas demonstrações contábeis, quaisquer impactos do desfecho desse processo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 27 de março de 2019.

FONTE NOVA NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota Explicativa	2018	2017		Nota Explicativa	2018	2017
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	12.135	13.179	Fornecedores		2.175	1.080
Contas a receber	6	24.053	19.804	Empréstimos e financiamentos	10	61.064	43.681
Ativo financeiro da concessão	7	168.686	162.170	Debêntures	11	918	12.210
Adiantamentos a fornecedores		100	183	Partes relacionadas	20	468	936
Tributos a recuperar	9	6.416	5.975	Obrigações tributárias		3.934	3.720
Outros ativos		761	530	Obrigações sociais e trabalhistas		3.495	2.841
		<u>212.151</u>	<u>201.841</u>	Dividendos a pagar	14 c	9.046	10.433
				Receitas diferidas	6	2.482	2.453
Não circulante				Outros passivos			
Contas a receber	6	9.492	11.529			<u>6.900</u>	<u>4.890</u>
Ativo financeiro da concessão	7	770.363	804.835			<u>90.482</u>	<u>82.244</u>
Ítulos e valores mobiliários	8	19.854	19.076	Não circulante			
Partes relacionadas	20	365	729	Empréstimos e financiamentos	10	402.669	461.470
Tributos a recuperar	9	37.995	42.603	Debêntures	11	57.009	57.837
Outros ativos		445	350	Partes relacionadas	20	16.512	25.412
Imobilizado		1.427	1.731	Tributos sobre contraprestação	12	135.392	139.550
Intangível		12.068	2.453	Tributos diferidos	12	87.132	74.447
		<u>852.009</u>	<u>883.306</u>	Receitas diferidas	6	12.284	12.829
				Contingências e provisões judiciais	13	491	365
				Outros passivos		<u>6.802</u>	<u>465</u>
						<u>718.291</u>	<u>772.375</u>
				Patrimônio líquido			
				Capital social	14	109.763	102.813
				Reservas de lucros		<u>145.624</u>	<u>127.715</u>
						<u>255.387</u>	<u>230.528</u>
Total do ativo		<u><u>1.064.160</u></u>	<u><u>1.085.147</u></u>	Total do passivo e do patrimônio líquido		<u><u>1.064.160</u></u>	<u><u>1.085.147</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FONTE NOVA NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais), exceto quando indicado de outra forma

	nota explicativa	2018	2017
Receita operacional líquida	15	131.705	123.589
Custo operacional	16	(7.375)	(8.044)
Lucro bruto		124.330	115.545
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	17	(26.615)	(24.637)
		(26.615)	(24.637)
Lucro operacional		97.715	90.908
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	18	2.023	2.414
Despesas financeiras	18	(52.061)	(63.195)
		(50.038)	(60.781)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		47.677	30.127
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos	12c		
Imposto de renda corrente		(1.743)	(475)
Imposto de renda diferido		(9.327)	(8.278)
Contribuição social corrente		(647)	(180)
Contribuição social diferido		(3.358)	(2.980)
Lucro líquido do exercício		32.602	18.214
Lucro básico por ação de operações continuadas atribuível aos acionistas durante	19	0,30	0,18

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fonte Nova Negócios e Participações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Capital social integralizado	Reservas de lucros			Lucros a realizar	Lucros acumulados	Total
		Legal	Especial	Realização de investimentos			
Em 1º de janeiro de 2017	90.848	6.595	25.219	82.963	11.015	-	216.640
Aumento de capital	11.965	-	(6.673)	(5.292)	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	18.214	18.214
Destinação do lucro líquido do exercício:							
Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	(4.326)	(4.326)
Constituição de reservas	-	911	-	12.977	-	(13.888)	-
Em 31 de dezembro de 2017	102.813	7.506	18.546	90.648	11.015	-	230.528
Aumento de capital (nota 14 a)	6.950	-	(1.769)	(5.181)	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	32.602	32.602
Destinação do lucro líquido do exercício:							
Dividendos Propostos (nota 14 c)	-	-	-	-	-	(7.743)	(7.743)
Constituição de reservas (nota 14 b)	-	1.630	-	23.229	-	(24.859)	-
Em 31 de dezembro de 2018	109.763	9.136	16.777	108.696	11.015	-	255.387

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fonte Nova Negócios e Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	47.677	30.127
Ajustes para reconciliação do lucro do exercício		
Depreciação e amortização	5.883	7.495
Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa (Nota 6)	(207)	(912)
Atualização do ativo financeiro (Nota 7)	(111.353)	(102.591)
Ajuste a valor presente	(464)	(561)
Juros e apropriação dos custos de captação de empréstimos, financiamentos, debêntures e mútuo	51.190	60.735
Caixa aplicado antes das variações de capital circulante operacional	(7.274)	(5.707)
Variação dos ativos e passivos:		
Contas a receber	(2.057)	551
Ativo financeiro	139.309	136.224
Tributos a recuperar	4.167	4.416
Fornecedores	1.178	293
Impostos e contribuições	(5.680)	(4.313)
Outros	(3.132)	(6.619)
	133.785	130.552
Caixa gerado pelas operações	(47.739)	(54.306)
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures (Notas 10 e 11)	(47.739)	(54.306)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	78.772	70.539
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Títulos e valores mobiliários	(778)	(7.266)
Adições ao imobilizado	(10)	(86)
Adições ao intangível	(3.905)	(530)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(4.693)	(7.882)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Amortização de principal (Notas 10 e 11)	(55.535)	(48.155)
Partes relacionadas (Nota 20)	(10.458)	(8.335)
Dividendos pagos	(9.130)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(75.123)	(56.490)
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	(1.044)	6.167
Caixas e equivalentes de caixa no início do exercício	13.179	7.012
Caixas e equivalentes de caixa no final do exercício	12.135	13.179
	(1.044)	6.167

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Informações gerais

A Fonte Nova Negócios e Participações S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado que foi constituída em 11 de janeiro de 2010, tendo como objetivo a exploração de concessão administrativa, em regime de Parceria Público Privada, pelo prazo de 35 anos, para a prestação do serviço de reconstrução, gestão da operação e manutenção da Arena Fonte Nova, podendo também desenvolver projetos associados e complementares à atividade principal, seja por meio da implementação e gestão de empreendimentos próprios, seja através de investimento e participação em outras sociedades de propósito específico, cujos objetos sociais incluem a exploração de atividades pertinentes à operação da arena multiuso e seu entorno, em conformidade com as condições e especificações no Contrato de Parceria Público-Privada (“Contrato de PPP”) celebrado com o Governo do Estado da Bahia através da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (“SETRE” ou “Poder Concedente”) nos termos do Edital n° 001/2009.

A Companhia é controlada em conjunto pela Odebrecht Properties Parcerias S.A. (“OPP”) e pela OAS Arenas S.A. (“OAS Arenas”) e tem sede em Salvador-BA.

A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria da Companhia em cumprimento ao artigo 15º, alínea “G” do Estatuto Social em 27 de março de 2019.

(a) Recuperação judicial

Em 31 de março de 2015, a OAS S.A., controladora indireta da Companhia, juntamente com outras empresas do Grupo OAS, em vista da situação financeira desfavorável em que se encontrava, aliada a uma série de outros fatores, ajuizou, no Foro Central da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, pedido de recuperação judicial, distribuído sob n° 1030812-77.2015.8.26.0100, nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei n° 11.101/05.

Em 1º de abril de 2015, o Juízo da 1ª Vara Empresarial de Recuperação Judicial e Falências do Foro Central da Comarca da Capital do Estado de São Paulo deferiu o processamento da recuperação judicial da OAS S.A. e suas controladas em recuperação.

Em 17 de dezembro de 2015, o plano de recuperação da OAS S.A. foi aprovado em Assembleia Geral de Credores por ampla maioria de votos e foi homologado no dia 27 de janeiro de 2016 pelo Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Tribunal de Justiça de São Paulo.

(b) Operação Lava Jato

Como é de conhecimento público, desde 2014 encontram-se em andamento investigações e outros procedimentos legais conduzidos pelo Ministério Público Federal e outras autoridades públicas, no contexto da chamada Operação Lava Jato, que investiga, atos ilícitos que envolvem empresas, ex-executivos e executivos do Grupo Odebrecht e Grupo OAS, que em conjunto, controlam a Companhia. No contexto dessas investigações, foram executados mandados de busca e apreensão nas dependências dessas empresas do Grupo Odebrecht e do Grupo OAS, incluindo as controladoras indiretas, Odebrecht S.A. e OAS S.A., sendo que a Companhia não foi objeto destas buscas e apreensões.

(c) Operação Cartão Vermelho

Em 26 de fevereiro de 2018, foi divulgado na mídia uma ação movida pelo Polícia Federal contra o Governo do Estado e o Consórcio Fonte Nova Participações S/A. A Companhia não foi notificada até o momento, conseqüentemente desconhece o conteúdo dessa ação. A Administração reafirma que a Companhia adere a todas as boas práticas de mercado e de conformidade no âmbito de sua estrutura de governança, bem como desconhece qualquer irregularidade no Contrato de Parceria Público-Privada ("Contrato de PPP") celebrado com o Governo do Estado da Bahia através da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte ("SETRE" ou "Poder Concedente") nos termos do Edital n° 001/2009.

(d) Contrato de concessão

A Companhia é parte de um Contrato de PPP na modalidade de Concessão Administrativa para reconstrução e operação do estádio Octávio Mangabeira, antiga denominação da Arena Fonte Nova, firmado em 21 de janeiro de 2010 entre o Governo do Estado da Bahia, por intermédio da SETRE e a Companhia. O prazo de concessão é de 35 anos e as obras de construção foram concluídas em 5 de abril de 2013.

A referida concessão da operação tem por finalidade permitir a Concessionária recuperar o investimento feito na demolição e construção da nova arena multiuso, não coberto pela contraprestação pública. Conseqüentemente, a Concessionária explorará economicamente a Arena Fonte Nova e os bens móveis e imóveis que o integram e que atendam aos requisitos impostos pela FIFA e pelo Comitê Organizador da Copa do Mundo de 2014.

Após a emissão do Certificado de Conclusão das Obras de Reconstrução, foi iniciada a operação da arena multiuso, passando a ser devida pelo Poder Concedente à Companhia, a contraprestação mensal, que será paga em 180 parcelas mensais e sucessivas, atualizadas anualmente pela variação do Índice de Preços do Consumidor Amplo ("IPCA"), com término previsto em abril de 2028.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 12 de abril de 2016, o Plenário do Tribunal de Contas do Estado da Bahia ("TCE-BA"), no julgamento do Processo TCE/000490/2010, determinou ao Poder Concedente a realização de estudos, no prazo de 120 dias, para adequar as cláusulas econômico-financeiras do Contrato de PPP n. 02/2010 firmado com a Companhia, objetivando melhor salvaguarda do interesse público, em razão de irregularidades verificadas no âmbito daquele Processo, cuja decisão está sujeita a recursos. Na referida decisão, o TCE-BA determinou a continuidade do Contrato de PPP n. 02/2010 e não foram concedidas as medidas cautelares que poderiam resultar na imediata redução do valor pago pelo Poder Concedente a título de contraprestação pública à Concessionária, ou na vedação do pagamento de qualquer quantia a título de compartilhamento de risco de demandas. Da mesma forma, não foram cautelarmente determinadas quaisquer medidas que pudessem ensejar novas obrigações ou assunção de novos custos pela Companhia em relação ao Contrato de PPP, tampouco penalidades à Concessionária ou aos seus administradores.

Considerando o atual estágio do processo, tendo em vista que a decisão não é definitiva, e o fato que qualquer ajuste no Contrato de PPP apenas poderá ser determinado após a conclusão dos estudos recomendados na decisão do TCE-BA, a Administração da Companhia, suportada pela avaliação de seus consultores jurídicos, entende que não é possível, neste momento, estimar eventual impacto na contraprestação pública e tampouco os potenciais desdobramentos deste processo.

Desta forma, em função das incertezas existentes, em 31 de dezembro de 2018, não foi constituída provisão para passivos ou registrado impairment de ativos, para refletir os potenciais desdobramentos deste processo.

(e) Glosa da contraprestação pública

Baseado em uma simulação técnica para apurar o cálculo de Compartilhamento de Risco de demanda, a SETRE reteve um valor de R\$ 5.751.000,00 (cinco milhões setecentos e cinquenta e um mil reais) no pagamento da contraprestação da competência janeiro de 2018. Esta retenção possui caráter provisório; as tratativas entre Poder Concedente e Concessionária para apuração e definição da metodologia de cálculo dos valores estão andamento. Até o presente momento não ocorreu a restituição da retenção citada.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Estas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo se indicado de forma diferente.

2.1. Declaração de conformidade (com relação aos pronunciamentos do CPC)

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e, somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

Os ativos e passivos monetários circulantes e não circulantes, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis, são ajustados pelo seu valor presente, que no reconhecimento inicial representa seu valor justo. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e, em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

Em função de não haver outros resultados abrangentes, além do próprio resultado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a Companhia não está apresentando a demonstração do resultado abrangente nessas demonstrações contábeis.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis estão divulgadas na nota explicativa nº 3.

2.2. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira resgatável em até 90 dias da emissão em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

2.3. Ativos financeiros

2.3.1. Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial a valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo financeiro. Em seguida, a mensuração passa a ser pelo custo amortizado por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Os principais ativos financeiros da Companhia são, (i) caixa e equivalente de caixa, (ii) contas a receber, (iii) ativo financeiro da concessão e (iv) Títulos e valores mobiliários.

2.3.2. Impairment de ativos financeiros

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidências objetivas de que o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (impairment). O montante da perda esperada por impairment é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía evidências de ativos cujo valor recuperável foi inferior aos montantes registrados contabilmente e constituiu provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa ("PECLD"), divulgada na nota explicativa nº 6.

2.3.3. Contas a receber

As contas a receber são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, pelo método da taxa efetiva de juros, deduzidos da provisão (impairment) para crédito de liquidação duvidosa, quando necessária.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, ficam apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber são originadas por:

- (a) faturamento da contraprestação mensal, a partir da data oficial da entrega da Arena (abril de 2013), dos direitos decorrentes do Contrato de PPP firmado com o Governo do Estado da Bahia, por intermédio da SETRE;

- (b) locação de camarotes, locação de espaços e estacionamento;
- (c) parcelas do contrato de patrocínio firmado com a Cervejaria Petrópolis S.A.; e
- (d) pagamentos através de cartões de crédito, referente a venda de camarotes e bilheteria de jogos.

2.3.4. Ativo financeiro da concessão

Refere-se à parcela dos direitos a faturar/receber decorrentes do Contrato de PPP firmado com o Governo do Estado da Bahia, por intermédio da SETRE, classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente pelos serviços de reconstrução da Arena Fonte Nova decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 (R1) - Contrato de Concessão e ICPC 17 - Contrato de Concessão: Evidenciação e da Orientação Técnica OCPC 05 - Contrato de Concessão.

O ativo financeiro está segregado entre o ativo circulante e não circulante com base na expectativa de recebimento das contraprestações pelo Poder Concedente. O ativo financeiro da concessão é reconhecido inicialmente pelo valor justo e subsequentemente, pelo custo amortizado, utilizando-se taxa efetiva de juros.

2.3.5. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários ("TVM") são inicialmente registrados pelo valor justo e são subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado.

2.4. Tributos a recuperar

Referem-se substancialmente a créditos da contribuição ao Programa de Integração Social ("PIS") e da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") sobre insumos e serviços de construção, adquiridos diretamente pela Companhia e utilizados na construção da Arena Fonte Nova, bem como de impostos e contribuições retidas sobre faturamento e aplicações financeiras a serem compensados com os tributos devidos.

2.5. Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

As contas a pagar aos fornecedores são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, e subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, pelo método da taxa efetiva de juros.

2.6. Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.7. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquidos dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que estiverem em aberto, utilizando o método da taxa efetiva e são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures compreendem juros e outros encargos incorridos. Quando diretamente relacionados à aquisição, construção ou formação de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído, são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos são registrados como despesa no período em que são incorridos.

2.8. Tributos sobre contraprestação

Os impostos e contribuições diferidas representam a aplicação de ISS, PIS e COFINS, sobre receita de construção e as receitas diferidas decorrentes do Contrato de PPP, além de contribuição social e o imposto de renda incidentes sobre a margem de lucro relativa à construção.

2.9. Receitas diferidas

Referem-se às receitas de patrocínio, locação de camarotes e locação de espaços, segregadas entre passivo circulante e não circulante, a serem apropriadas com base na vigência dos contratos, pelo regime de competência.

2.10. Tributação

2.10.1. Imposto de renda e contribuição social - correntes

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 o imposto de renda e a contribuição social são calculados com base no lucro real trimestral, aplicando-se as alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 60 por trimestre, para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL.

A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

2.10.2. Imposto de renda e contribuição social - diferidos

Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para realização desses créditos no futuro e são demonstrados no ativo não circulante.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são gerados por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Os impostos sobre a renda diferidos passivos são integralmente reconhecidos.

Tributos diferidos são mensurados à taxa de tributos que é esperada ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de tributos (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os tributos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

2.11. Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos incidentes. A Companhia reconhece as receitas quando os valores podem ser mensurados com segurança e é provável que benefícios econômicos futuros serão apurados e quando critérios específicos tiverem sido atendidos, conforme descrição a seguir.

(a) Receita operacional

A receita operacional é reconhecida mensalmente pela competência e apropriada em função da vigência dos contratos de locação (partidas de futebol, camarotes, estacionamento e restaurantes/lanchonetes, locação de espaços para realização de eventos e para fins publicitários), e patrocínio, e da realização dos eventos, pela operação da Arena Fonte Nova.

(b) Atualização do ativo financeiro da concessão

A receita de atualização do ativo financeiro (nota explicativa nº 2.3.4), representa a atualização do valor a receber pela concessão durante o período do contrato. A atualização do ativo financeiro da concessão é reconhecida pelo custo amortizado com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal.

(c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.12. Adoção inicial das normas novas e revisadas

A Companhia adotou inicialmente a IFRS - 15 Receita de Contratos com Clientes e IFRS 9 - Instrumentos Financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018, sem impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia.

2.12.1. CPC - 47 (IFRS - 15) Receita de contrato com cliente

Este pronunciamento estabelece novos critérios sobre aspectos relacionados à receita, incluindo a identificação de uma obrigação de performance e momento de reconhecimento de receita baseado na transferência do controle de um bem ou serviço. Uma entidade avalia o atendimento de determinados critérios estabelecidos nesse pronunciamento para avaliar se o reconhecimento da receita deve ocorrer em um momento específico ou ao longo do tempo, quando a entidade satisfizer às obrigações de performance.

A Administração avaliou e concluiu que, em função do tipo de receita gerada pela Companhia, a nova norma não tem efeitos significativos na mensuração e reconhecimento das receitas em relação aos critérios utilizados anteriormente, visto que o controle, direitos e os benefícios decorrentes da prestação dos serviços fluem para o cliente no momento da realização do serviço contratado.

2.12.2. CPC - 48 (IFRS - 9) Instrumentos Financeiros

O CPC 48 (IFRS 9) estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 / IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

O CPC 48 / IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 / IAS 39 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, ele elimina as antigas categorias do CPC 38 / IAS 39 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

A adoção do CPC 48 / IFRS 9 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia relacionadas a ativos e passivos financeiros.

Adequações - IFRS 9 / CPC 48		
Ativo/passivo financeiro	Classificação anterior	Classificação - IFRS 9 / CPC 48
Bancos conta movimento	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado
Equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado
Aplicações financeiras	Mantidos até o vencimento	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Fornecedores	Outros passivos financeiros	Custo amortizado

2.12.3. CPC - 06 (IFRS - 16) Operações de Arrendamentos Mercantil

Requer o reconhecimento dos arrendamentos mercantis operacionais nos mesmos formatos dos arrendamentos mercantis financeiros, essa alteração entra em vigor a partir do exercício iniciados em ou após 01 de janeiro de 2019.

A Companhia não espera efeitos significativos nas políticas contábeis da Companhia na adoção dessa norma nas demonstrações contábeis.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

A receita operacional líquida inclui a atualização do ativo financeiro da concessão durante o período do contrato, uma vez que a geração desta receita faz parte dos principais objetivos de negócio da Companhia.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Fatores de risco financeiro

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, contas a pagar a fornecedores e financiamentos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações. Assim, as atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (taxa de juros), de liquidez e de crédito.

A Companhia não possuía instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017.

(a) Exposição a risco com taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros flutuantes cause um aumento nas obrigações contratadas com pagamentos de juros futuros e aumentem as despesas financeiras dos empréstimos, financiamentos e debêntures. As dívidas estão sujeitas, principalmente, à variação das taxas pré-fixadas em reais, variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP e da taxa Selic.

A Companhia analisa sua exposição às taxas de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes, financiamento. Com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável nas taxas de juros e calcula o impacto sobre os resultados. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juros.

(b) Risco de liquidez

É o risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas pelo departamento de tesouraria.

(c) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas.

Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações, internas ou externas de acordo com os limites determinados pela Diretoria. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.2. Gestão de capital

A Companhia administra o seu capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos e debêntures (incluindo saldos classificados no circulante e no não circulante, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	2018	2017
Total de empréstimos, financiamentos e debêntures	521.660	575.198
(-) Caixa e equivalentes de caixa e TVM	(31.989)	(32.255)
Dívida líquida	489.671	542.943
Total do patrimônio líquido	255.387	230.528
Total do capital	745.058	773.471
Índice de alavancagem financeira - %	66%	70%

4.3. Instrumentos financeiros por categoria

Abaixo, apresentamos a segregação dos instrumentos financeiros consolidados por categoria, em 31 de dezembro de 2018 e de 2017:

	2018	2017
Ativos financeiros, empréstimos e recebíveis		
Caixa e equivalentes de caixa	12.135	13.179
Contas a receber	33.545	31.333
Ativo financeiro da concessão	939.049	967.005
Títulos e valores mobiliários	19.854	19.076
Partes relacionadas	365	729
	<u>1.004.948</u>	<u>1.031.322</u>
Passivos financeiros		
Fornecedores	2.175	1.080
Partes relacionadas	16.980	26.348
Empréstimos e financiamentos	463.733	505.151
Debêntures	57.927	70.047
	<u>540.815</u>	<u>602.626</u>

FONTE NOVA NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Caixa	6	6
Bancos - conta movimento	464	1.173
Aplicações financeiras (i)	11.665	12.000
	<u>12.135</u>	<u>13.179</u>

- (i) As aplicações financeiras correspondem a operações de curto prazo realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração entre 97,5% e 98% (2017 - 91% e 99%) do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI").

6. Contas a receber

	2018	2017
Contraprestação - SETRE	19.038	12.421
Cervejaria Petrópolis S.A. (i)	11.140	15.287
Locação de camarotes e assentos VIP por temporada	1.643	2.149
Outros	2.843	2.388
	<u>34.664</u>	<u>32.245</u>
PECLD (ii)	<u>(1.119)</u>	<u>(912)</u>
	33.545	31.333
Circulante	<u>(24.053)</u>	<u>(19.804)</u>
Não circulante	<u>9.492</u>	<u>11.529</u>

- (i) O valor da Cervejaria Petrópolis S.A. registrado no Contas a receber possui contrapartida à conta de receitas diferidas (R\$ 9.928) no passivo circulante e não circulante, sendo reconhecido no resultado durante o prazo do contrato. O saldo remanescente, registrado na conta de receitas diferidas (R\$ 4.838), refere-se à apropriação dos contratos de camarotes e outras locações.
- (ii) No exercício de 2018, a Companhia constituiu PECLD no valor de R\$ 207 (2017 - R\$ 912), divulgada na nota explicativa nº 17, referente ao saldo vencido decorrente de créditos com clientes de camarotes e assentos VIP por temporada.

7. Ativo financeiro da concessão

Refere-se à parcela dos direitos a faturar, decorrentes do Contrato de PPP firmado com o Governo do Estado da Bahia, por intermédio da SETRE.

FONTE NOVA NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O quadro a seguir resume a movimentação do saldo:

	2018	2017
Saldo em 1º de janeiro	967.005	1.000.638
Receita operacional da contraprestação (nota 15)	22.678	22.037
Atualização financeira	111.353	102.591
(-) Faturamento contraprestação	(161.987)	(158.261)
Saldo em 31 de dezembro	939.049	967.005
Circulante	(168.686)	(162.170)
Não circulante	770.363	804.835

Os montantes classificados no não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	2018	2017
2019		87.009
2020	93.377	87.009
2021	93.377	87.009
2022	93.377	87.009
2023	93.377	87.009
2024	93.377	87.009
2025	93.377	87.009
2026	93.377	87.009
2027	93.377	87.009
2028	23.347	21.754
	770.363	804.835

8. Títulos e valores mobiliários

	2018	2017
Títulos e valores mobiliários - Financiamento (i)	16.157	14.326
Títulos e valores mobiliários - Debêntures (ii)	3.697	4.750
	19.854	19.076

- (i) Referem-se a aplicações em Certificado de Depósito Bancário ("CDB") remuneradas a 99% (2017 - 99% e 102,5%) do CDI e mantidas como reserva suficiente para a liquidação de 4 (quatro parcelas do serviço da dívida (principal e juros) do financiamento do Banco do Nordeste do Brasil.
- (ii) Referem-se a aplicações em CDB remuneradas a 99% e 100% (2017 - 100%) do CDI e mantidas como reserva suficiente para a liquidação de 3 (três) parcelas do serviço da dívida (principal e juros) das debêntures.

FONTE NOVA NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Tributos a recuperar

	2018	2017
PIS	7.599	8.421
COFINS	35.003	38.787
Imposto de renda retido sobre faturamento contraprestação	766	594
Imposto de renda retido sobre aplicações financeiras	329	88
Imposto sobre outros faturamentos	714	688
	<u>44.411</u>	<u>48.578</u>
Circulante	<u>(6.416)</u>	<u>(5.975)</u>
Não circulante	<u>37.995</u>	<u>42.603</u>

10. Empréstimos e financiamentos

Modalidades	Moeda	Vencimento	2018	2017
CCB	Reais	2025	44.196	50.996
CCB - FUNDESE	Reais	2026	198.521	225.085
Financiamento - Repasse FNE	Reais	2025	224.807	233.794
			<u>467.524</u>	<u>509.875</u>
(-) Custos de captação a apropriar			<u>(3.791)</u>	<u>(4.724)</u>
			463.733	505.151
Circulante			<u>(61.064)</u>	<u>(43.681)</u>
Não circulante			<u>402.669</u>	<u>461.470</u>

Para a execução dos custos iniciais das obras de reconstrução da Arena Fonte Nova, a Companhia obteve, em 21 de junho de 2010, a aprovação para liberação de empréstimo, na modalidade de Cédula de Crédito Bancário ("CCB"), no valor de R\$ 50.000, com vencimento em 21 de junho de 2025.

Adicionalmente, também foram liberados R\$ 323.629 através do Programa de Empreendimentos Turísticos ("PROTURISMO") do Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico ("FUNDESE"), cujo vencimento final ocorrerá em 15 de janeiro de 2026.

Também foram captados recursos no total de R\$ 250.000, em contrato datado de 30 de dezembro de 2010, oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste ("FNE") e com vencimento em 28 de dezembro de 2025.

(a) Garantias

Todos os empréstimos possuem garantias, cujo compartilhamento é regido através do compartilhamento de garantia entre os credores, conforme detalhado no quadro abaixo por empréstimo:

FONTE NOVA NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

<u>Modalidades</u>	<u>Garantias contratuais</u>
CCB	Cessão fiduciária de direitos e créditos decorrentes da contraprestação pública e exploração da Arena, penhor de ações e direitos emergentes e suporte financeiro dos acionistas.
CCB - FUNDESE	Cessão fiduciária de direitos e créditos decorrentes da contraprestação pública e exploração da Arena, penhor de ações e direitos emergentes e suporte financeiro dos acionistas.
Financiamento - Repasse FNE	Cessão fiduciária de direitos e créditos decorrentes da contraprestação pública e exploração da Arena, penhor de ações e direitos emergentes e suporte financeiro dos acionistas.

A movimentação dos empréstimos está demonstrada a seguir:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Saldo em 1º de janeiro	505.151	541.434
Juros apropriados	42.358	46.725
Amortização	(43.315)	(39.695)
Pagamento de juros	(41.394)	(44.288)
Apropriação dos custos de captação	933	975
Saldo em 31 de dezembro	<u>463.733</u>	<u>505.151</u>

Os montantes com vencimento em longo prazo têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
2019	-	59.969
2020	62.155	61.963
2021	64.227	64.035
2022	66.373	66.181
2023	68.598	68.406
2024	70.882	70.690
2025	68.112	67.920
2026	2.322	2.306
	<u>402.669</u>	<u>461.470</u>

11. Debêntures

Em 22 de fevereiro de 2012, a Companhia realizou emissão de debêntures não conversíveis em ações com garantia real, em série única, no valor total de R\$ 94.000, as quais foram objeto de colocação privada sem esforço de venda para o público em geral.

FONTE NOVA NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Classificação	Vencimento	2018	2017
Emissão Real	2024	57.927	70.047
		57.927	70.047
Circulante		(918)	(12.210)
Não circulante		57.009	57.837

As amortizações das debêntures iniciaram em 22 de março de 2014, com vencimento final em 22 de dezembro de 2024.

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	2018	2017
Saldo em 1º de janeiro	70.047	78.555
Juros apropriados	6.321	9.825
Amortização	(12.220)	(8.460)
Pagamento de juros	(6.345)	(10.018)
Apropriação dos custos de captação	124	145
Saldo em 31 de dezembro	57.927	70.047

Os montantes com vencimento no longo prazo têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	2018	2017
2019	-	827
2020	5.535	5.535
2021	8.368	8.368
2022	12.146	12.146
2023	15.933	15.933
2024	15.027	15.028
	57.009	57.837

12. Tributos diferidos e tributos sobre contraprestação

	2018	2017
PIS e COFINS (a)	88.440	91.200
ISS (a)	46.952	48.350
	135.392	139.550
Imposto de renda (b)	64.068	54.741
Contribuição social (b)	23.064	19.706
	87.132	74.447
	222.524	213.997

FONTENOVA NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Tributos sobre contraprestação

O Imposto sobre Serviços ("ISS"), PIS e COFINS diferidos são aplicados sobre o saldo do ativo financeiro da concessão e estão sendo realizados pelo efetivo recebimento da contraprestação.

(b) Tributos diferidos

	2018	2017
Composição de tributos diferidos:		
Custo de construção	(181.315)	(200.917)
Receita de construção e atualização do ativo financeiro	273.780	281.931
Outros	(5.333)	(6.567)
	<u>87.132</u>	<u>74.447</u>
Passivo de tributo diferido	275.220	283.730
Ativo fiscal diferido - não circulante	<u>(188.088)</u>	<u>(209.283)</u>
Passivo fiscal líquido diferido - não circulante	<u>87.132</u>	<u>74.447</u>

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são aplicados sobre as diferenças temporárias ativas (custo do ativo financeiro da concessão e despesas pré-operacionais) e passivas (ativo financeiro da concessão a receber e custo de captação dos financiamentos e debêntures).

Os saldos serão realizados na medida dos recebimentos das contraprestações do Poder Concedente, o que ocorrerá ao longo do Contrato de Concessão.

(c) Reconciliação da despesa de impostos de renda e contribuição social

	2018	2017
Lucro antes dos impostos	47.677	30.127
Imposto de renda ("IR") e contribuição social ("CS") às alíquotas nominais	(16.210)	(10.243)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Prejuízos fiscais sem constituição de ativo diferido	663	(1.960)
Diferenças temporárias sem constituição de diferido	218	(182)
Outras adições/exclusões permanentes, líquidas	254	472
Efeito IR e CS no resultado	<u>(15.075)</u>	<u>(11.913)</u>
IR e CS correntes	(2.390)	(655)
IR e CS diferidos	<u>(12.685)</u>	<u>(11.258)</u>
Total despesa com IR e CS	<u>(15.075)</u>	<u>(11.913)</u>

FONTE NOVA NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Contingências e provisões judiciais

	2018	2017
Cíveis	33	1
Fiscais	445	351
Trabalhistas	13	13
	<u>491</u>	<u>365</u>

Os montantes apresentados no quadro acima referem-se a causas com perda provável, baseado na expectativa dos assessores jurídicos da Companhia.

A Companhia tem ações de naturezas cível, fiscal e trabalhista, envolvendo risco de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída. Do montante total de ações classificadas com êxito possível, destaca-se processo no montante de R\$ 11.372, visando a cobrança de ISS sobre as receitas de locação decorrentes da atividade de exploração do estádio, relativo ao período compreendido entre abril de 2013 e abril de 2015.

14. Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 109.763 (2017 - R\$ 102.813), representado por 109.763.000 (2017 - 102.813.000) ações ordinárias, ao valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, tendo sido integralizadas pelos acionistas, na proporção de suas participações (50% cada).

Em 23 de abril de 2018, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o aumento de capital no montante de R\$ 6.950, mediante a incorporação das reservas de realização de investimentos R\$ 5.181 e de reserva especial R\$ 1.769.

(b) Reservas de lucros

De acordo com o Estatuto Social, as importâncias apropriadas às reservas legal e de lucros a realizar são determinadas como descrito abaixo, sendo que o saldo remanescente após essas apropriações e a distribuição de dividendos, terá a aplicação que decidir a Assembleia Geral dos Acionistas.

(i) Reserva legal

É constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até alcançar 20% do capital social.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(ii) Reserva de realização de investimentos

Conforme previsto no estatuto social da Companhia, do lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, é constituída reserva de realização de investimentos mediante apropriação de até 75% que, juntamente com a reserva legal, poderá alcançar 100% do capital social.

A Administração da Companhia, seguindo instruções dos acionistas, constituiu reserva de realização de investimentos no montante de R\$ 23.229 (2017 - R\$ 12.977), com o objetivo de expansão das atividades da Companhia. A Administração irá propor a Assembleia Geral Extraordinária, a capitalização do saldo excedente da reserva em 2018 no valor R\$ 12.424.

(c) Dividendos

Aos titulares de ações emitidas da Companhia será atribuído, em cada exercício, um dividendo não inferior a 25%, tendo como base o lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

15. Receita operacional líquida

	2018	2017
Receitas operacional da contraprestação	22.678	22.037
Receitas operacionais	18.635	18.621
Atualização do ativo financeiro	111.353	102.591
Impostos e contribuições sobre serviços	(20.961)	(19.660)
	<u>131.705</u>	<u>123.589</u>

16. Custo operacional

	2018	2017
Custo com jogos	4.720	7.002
Custo com repasse e comissão de patrocínio	2.655	1.042
	<u>7.375</u>	<u>8.044</u>

Os custos com jogos referem-se aos gastos decorrentes do contrato firmado com o Esporte Clube Bahia para realizações de suas partidas oficiais na Arena Fonte Nova, enquanto que o custo com repasse e comissão registram os gastos com a participação contratual da receita de patrocínio ao Esporte Clube Bahia e comissão pela captação do patrocínio.

FONTE NOVA NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Despesas gerais e administrativas

	2018	2017
Despesas com pessoal	11.688	10.835
Despesas com serviços de terceiros	10.196	9.550
Outros	2.652	1.469
Seguros	889	888
Água e energia	869	805
PECLD (Nota 6)	207	912
Compra de materiais	114	178
	<u>26.615</u>	<u>24.637</u>

18. Resultado financeiro

	2018	2017
Receitas financeiras		
Juros sobre aplicações financeiras	2.008	2.389
Outros	15	25
	<u>2.023</u>	<u>2.414</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	(43.291)	(47.700)
Juros sobre debêntures	(6.445)	(9.970)
Juros sobre empréstimo de mútuos	(1.454)	(3.065)
Comissões e despesas bancárias	(622)	(1.563)
IOF	(17)	(26)
Outros	(232)	(871)
	<u>(52.061)</u>	<u>(63.195)</u>
	<u>(50.038)</u>	<u>(60.781)</u>

19. Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias.

	2018	2017
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	32.602	18.214
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	107.611	98.879
Lucro básico por ação - R\$	<u>0,30</u>	<u>0,18</u>

FONTE NOVA NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Transações e saldos com partes relacionadas

As transações e saldos com partes relacionadas apresentaram a seguinte composição:

	2018	2017
Ativo		
Não circulante		
CAS (i)	365	729
Passivo		
Circulante		
Construtora OAS S.A. - Em recuperação judicial (ii)		468
Construtora Norberto Odebrecht S.A. (ii)	468	468
	468	936
Não circulante (iii)		
Construtora OAS S.A. - Em recuperação judicial	7.351	12.706
Construtora Norberto Odebrecht S.A.	9.161	12.706
	16.512	25.412
Resultado		
Principal (ii)	104	(2.568)
Principal (iii)	(10.354)	(5.767)
Encargos (iii)	(1.454)	(3.065)
	(11.704)	(11.400)

- (i) Adiantamentos concedidos para o Consórcio Arena Salvador ("CAS"), que possui como acionistas OAS e Odebrecht, para fazer face a gastos futuros desde a execução da obra.
- (ii) Remuneração pela prestação de garantias, em favor dos credores, pelas obrigações constantes dos empréstimos, financiamentos e debêntures assumidos pela Companhia para adequação da equação econômico-financeira do Contrato de PPP.
- (iii) Pagamentos realizados pelo CAS de compromissos assumidos em nome da Companhia (Compras Diretas) para posterior ressarcimento, conforme Termo de Entendimento firmado entre as partes em 28 de março de 2013, com incidência de 115% da variação do CDI, aplicáveis sobre os valores efetivamente desembolsados.

As despesas referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia totalizaram R\$ 4.011 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (2017 - R\$ 2.994).

21. Seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas de seguro compatíveis com o seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

FONTE NOVA NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía contratos com as seguintes coberturas de seguros:

Modalidade	Vigência até	Cobertura
Riscos operacionais	18/09/2020	900.948
Responsabilidade civil em geral	18/03/2019	50.000
Garantia de performance da operação	25/07/2019	10.512
D&O	19/09/2019	50.000